

Veneza e Turquia: republicanismo e história

Luís Falcão

Luís Alves Falcão

é doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e professor substituto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (DCP-UFF).
E-mail: luis.alves.falcao@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa apresentar a contraposição, a partir da sugestão de J. G. A. Pocock, entre o mito de Veneza e a Turquia nos autores republicanos modernos. Restringindo o objeto de estudo aos pensadores que se inserem na tradição “florentino-atlântica republicana”, de modo geral, mais afeitos aos ditames da história do que ao direito natural, o texto argumenta que tais autores, de modo mais ou menos voluntário, acabaram por disseminar e/ou aprofundar a marcante distinção entre Ocidente e Oriente. Conclui-se que, mesmo identificados com o conhecimento histórico e seus exemplos, os pensadores não aceitam comparações equitativas entre modelos ocidentais e orientais, e as referências a Veneza e Turquia contribuem incisivamente nesse entendimento.

Palavras-chave

Veneza, Turquia, republicanismo

Abstract

This paper presents a contrast from the suggestion of J. G. A. Pocock between the myth of Venice and the Turkey in modern republicans authors. Restricting the object to thinkers who fall into the tradition “Florentine-Atlantic republic tradition”, generally more wont to the dictates of history than of natural law, the text argues that these authors, in a more or less voluntary, eventually by disseminating and/or deepen the striking distinction between East and West. We conclude that, even addicted to historic knowledge, the thinkers do not accept fair comparisons between Western and Eastern models, and references to Venice and Turkey contribute incisively on this understanding.

Keywords

Venice, Turkey, republicanism

*Set you down this: And say besides, that in Alepo once, where a malignant
and a turban'd Turk beat a venetian and traduced the State,
I took by the throat the circumcised dog, and smote him, thus...*
Shakespeare, Othelo

Introdução

Comumente conhecida como a sereníssima república, Veneza, desde o começo da modernidade, influenciou profundamente pensadores políticos que buscavam estabilidade constitucional. Particularmente os republicanos classificam-na como uma república aristocrática por seu sistema político e, principalmente, por sua forma de eleição (Sjinner, 1996: 160-165). Do lado inverso, a Turquia também esteve presente nas reflexões como uma verdadeira tirania, um governo centralizado, fundado tão somente nos apetites do governante, em que todos os demais são servos ou escravos. Este trabalho não pretende abordar cada um desses Estados em si mesmos, mas o impacto que causaram nas formulações republicanas e liberais, nos percursos mais significativos dessas tradições, como exemplos a serem seguidos ou rejeitados¹.

De modo geral, o pensamento republicano moderno é identificado com a perspectiva maquiaveliana e com a recepção dos antigos, passadas pelo humanismo cívico italiano (Baron, 1992). Por outro lado, o liberalismo é frequentemente aceito como uma tradição moderna, no sentido mais preciso do termo, sem dívidas profundas com antigos, medievais ou humanistas. Tal dicotomia, já amplamente explorada, reverbera ainda uma ambivalência de fundo. Para utilizar uma abordagem tipológica, poder-se-ia afirmar que republicanos tendem a ser mais afeitos à compreensão da história como fonte de autoridade, cujo vocabulário das virtudes encontra mais eco do que o dos direitos e liberdades individuais (Pocock, 2003: 349-350). Dentro da oposição entre liberais e antigos, Leo Strauss encontrou na recepção dos antigos pelos modernos a substituição da virtude pela liberdade, o que, afirma ele, levou à decadência da filosofia política. Desse modo, para se enquadrar nos tipos, os liberais tendem a rejeitar a autoridade da história e fincarem-se no direito natural. É verdade que apenas a partir de 1953, com a original publicação de *Natural Rights and History*, a dicotomia ganhou uma existência profunda, quase engajada. E, talvez, não pareça sem sentido que os últimos anos tenham visto um esforço de reaproximação, seja de um ponto de vista histórico (Rahe, 2006; Sullivan, 2004; Viroli, 2002), seja teórico (Pettit, 1999). O segundo artigo procurará tratar desta questão, concentrando-se na tradição liberal. Em suma, os textos abordam o entendimento que cada tradição tem de Veneza e da Turquia.

A escolha dos autores segue o compasso de Pocock (2003) na definição não do “momento maquiaveliano”, mas sim da “tradição florentino-atlântica republicana”. Esta, mesmo que bastante devedora a Maquiavel, pode ter características isoladas que não necessariamente se passem pelos termos postos pelo secretário florentino. Recorremos apenas às definições iniciais de Pocock quanto à tradição². Em seu livro, o autor não destaca, visto que não é seu objetivo, a comparação que aqui nos propomos a fazer. Não obstante seu aparecimento esporádico, o modelo de cada Estado ainda necessita de aprofundamento no que se refere a esta tradição.

Antes de uma isolada comparação, que por si somente parece justificar uma pesquisa à parte, pretendemos aqui apresentar dois “modelos” que se contrapõem mutuamente. Reivindicada como máxima expressão cultural da civilização ocidental, Veneza, por suas características um tanto quanto exageradas, ou parcialmente mitificadas, recebe os elogios e as benesses, cujo contraponto lógico é a Turquia. A vertente politizada de tal assertiva não escapa de razões vinculadas à autodefinição ou à reivindicação de um fato não completa e verdadeiramente existente. Como uma classificação binária, com sinais invertidos, ambos os Estados se tornam, de algum modo, mitificados. Não seria exclusividade veneziana o impacto positivo de suas tradições e instituições não fosse a negativa turca, evidentemente, com maior ou menor intensidade em cada autor. O fio condutor, contudo, reside, pois, na autoafirmação do Ocidente republicano, em sua versão florentino-atlântica, como não apenas distinto, mas oposto ao modelo oriental.

Este imperativo autoimposto, quase que como para convencimento próprio, não é senão devido ao impacto sofrido por um choque cultural livre de qualquer impregnação relativista. Com raras exceções, que pretendemos destacar ao longo do texto, a Turquia é quase sempre julgada sob critérios venezianos. Assim, o marco ocidental estabelecido e autodeterminado no Renascimento italiano reverbera, portanto, a impossibilidade compreensiva de um universo político incredivelmente autoritário, centralizador e despótico.

Antes de paradigmas universais relacionados às filosofias do direito natural, estranho ao modelo florentino-atlântico³, é justamente a dimensão sociológica, através da aberração turca, que ganha força. Seria, de modo alternativo, relativamente menos compromissado se se julgasse a Turquia o pior dos modelos, caso os fundamentos valorativos pretendessem-se universais, porque naturais. Mais difícil é, portanto, abdicar de se colocar na posição oriental quando se trata de usos e costumes. Mesmo frente a temas afeitos a aportes sociológicos, não se deixa de afirmar os costumes ocidentais perante a selvageria do Oriente.

Não causa estranheza, portanto, que o segundo capítulo de *The classical republicans*, de Zera Fink, publicado em 1945, não obstante o objeto da obra debruçar-se sobre autores republicanos ingleses, tenha como objeto o mito da república de Veneza desenvolvido ao longo dos séculos XVI e XVII na Itália e na Inglaterra. Também não pretende inflamar as mentes mais aguçadas que ainda observavam, desde o declínio na segunda metade do século XIX, a paulatina decadência daquela cidade italiana. A sereníssima república conviveu com inúmeras controvérsias ao longo dos anos. Ainda em meados do século XVI, os defeitos institucionais eram, assim se observava, compensados pela estabilidade política, permitida pelas ordens constitucionais e por sua tradição. Na Inglaterra do século seguinte, entre os republicanos, o mito ganha força e se assenta em categorias mais distantes daquelas observações locais e laterais realizadas pelos italianos.

Como modelos que ensinam, mas não servem para ser seguidos, o iluminismo e a revolução americana contém apreciável potencial, porém, de difícil ou impossível realização. O que Fink argumenta para os dois momentos iniciais da construção do mito veneziano pode ser expandido, com suas particularidades, para períodos subsequentes, sobretudo, no que se refere ao republicanismo. Pano de fundo de todo este percurso, a estabilidade política nunca fora preterida pela dimensão aristocrática, embora esta seja, de fato, o principal arcabouço. O mito de Veneza é parte da tradição ocidental como referência positiva, como inerente às conquistas desta região do mundo, como exemplo louvável, mesmo quando não pudesse ser seguido. Qualquer tentativa de acusação era rapidamente refreada por uma interpretação díspar. Quando muito, aceita-se que a cidade apenas ainda não havia realizado todo seu potencial. Referências para inúmeras utopias, Veneza era mais romântica quando observada politicamente. Sempre enquadrada como o ápice da civilização ocidental, fundamento integrante de seus hábitos políticos, jamais fora alvo de críticas sem a exaltação das qualidades. Tal procedimento se tornou uma maneira de legitimar as invenções do berço da cultura moderna.

Do lado oposto, a referência à Turquia nos pensadores italianos modernos carece demasiadamente de explicações que possam oferecer alguma unidade interpretativa. Se o mito de Veneza já foi suficientemente rastreado por estudiosos contemporâneos, não se pode dizer o mesmo da Turquia. Contudo, há uma explicação para tal lacuna. O trato com os turcos, mesmo que comparativo aos Estados ocidentais, assume uma dimensão marginal e funciona como um recurso exemplar e argumentativo, mais do que a criação de um modelo rígido como ocorre com Veneza. Primeiramente, porque a ideia de uma nação bárbara se sobrepõe àquela de um Estado juridicamente ordenado. Sob esse prisma, a reflexão assume uma estatura sociológica e menos institucional, o que pode ser conferido pelas avaliações dos usos e costumes, e, particularmente, no trato da religião.

Mesmo que ambas as nações não sejam sempre comparadas sob um mesmo critério, é possível ainda percebê-las como pólos opostos, seja pelos hábitos ou pelas instituições. Com relação aos primeiros, o choque é ainda mais nítido, muitas vezes pela diligência em engrandecer Veneza e o Ocidente de modo geral. Quanto às instituições, permitem-se ainda comparações com países europeus, como o caso da França e da interpretação que a coloca próxima de um regime monárquico absoluto. De todo modo, é preciso ter claro que a construção dos dois modelos aprofunda-se no tempo.

A Construção dos Mitos

Na obra de Maquiavel é comum que Veneza seja repetidas vezes comparada a exemplos de repúblicas antigas, particularmente, gregas. A explicação reside no fato de que, após a queda do império romano, aqueles que na costa do mar Adriático foram se assentar, desejavam e tiveram a oportunidade de viver na ausência de príncipes. Com isso, estabeleceram um autogoverno cujas leis serviam para a segurança e manutenção próprias (Machiavelli, 2010: 61). A interpretação assevera uma determinada continuidade entre o mundo antigo, tão debatido em seus textos, e o moderno (Pocock, 2003: 187). Mesmo que a justificativa para tal sobrevivência não se mostre profícua, de fato, pouco se explica, e, antes de uma simples janela para o passado, Veneza permanece intocada, desde os primórdios de sua fundação.

A comparação mais candente é feita com Esparta (Machiavelli, 2010: 61 e 138; cf. Pocock, 2003: 197). Ambas eram cidades republicanas de viés fortemente aristocrático, com uma nobreza bem estabelecida, uma inacreditável duração temporal e suas instituições se

voltavam para a preservação, característica que as contrasta com Roma, que se voltava para expansão de seus domínios. A estreiteza com que aproxima a cidade de seu tempo com a grega antiga não parece casual. Reconhece aqui Maquiavel que seus *vivere politico* (Machiavelli, 2010: 75) e *vivere libero* (Ibidem: 164 e 504) são atributos dos antigos. Pressupõe-se, portanto, que a linha de continuidade de um período para outro se faz pela centralidade da civilização. Ocorre um reconhecimento furtivo de que a instalação da situação política, invenção grega, em Veneza, ainda na antiguidade, contrapõe-se às outras regiões do mundo, pois, “a república veneziana, entre as repúblicas modernas, é a excelente” (Ibidem: 136)⁴. Não obstante a preferência do florentino por Roma, o contraste dos outros dois Estados apresenta a garantia de que a virtude dos antigos pode ser revivida (Cambiano, 2000: 62), o que pode ser comprovado pela quase impossibilidade da restauração do universo romano (Machiavelli, 2010: 543).

Em alguns momentos, sobretudo ao tratar de exemplos históricos, Maquiavel apresenta as relações entre turcos e franceses, ora unidos estrategicamente, ora inimigos. O interessante nesse entrelaço, contudo, é que a forma monárquica do governo francês oblitera, em larga medida, a possibilidade de conexões profundas com o outro (Ibidem: 567). Mas é justamente a monarquia que oferece a oportunidade comparativa com a Turquia. O quarto capítulo de *O Príncipe* dedica-se a este ponto. Abordando o tema de como manter o governo em um principado que possui memória, ou seja, quando a lembrança do príncipe virtuoso e conquistador ainda habita o imaginário público, Maquiavel desenvolve dois modelos. A França é governada por um rei e seus barões, determinados hereditariamente, os costumes são mantidos e respeitados, a memória reside fundamentalmente entre os barões, que possuem status e súditos próprios. Com isso, este país é mais fácil de ser conquistado e mais difícil de ser mantido. Do lado oposto, a Turquia é governada por ministros, à escolha do monarca, os costumes estão em constante mudança, por causa do arbítrio do rei, e todos os súditos compartilham da memória a respeito do governo. Além disso, o fato de serem todos escravos (Idem, 1995: 30) revela um regime centralizado e profundamente autoritário, por isso, mais fácil de ser mantido do que de ser conquistado.

Independentemente da veracidade histórica das observações, o fato é que a Turquia causou uma impressão negativa no pensador de Florença. Mesmo que a França esteja bastante distante de um modelo a ser seguido, ainda assim, possui aspectos inquestionavelmente positivos. Dois são os fatores que levam a um trato parcimonioso nas críticas à França. Primeiro, o país é parte da história greco-romana e divide com o resto da Europa ocidental os usos e costumes e também as instituições políticas fundamentais. Segundo, sua proximidade com os Estados italianos, principalmente Veneza, a colocam, via de regra, em uma posição favoravelmente comparativa.

Mesmo para um autor como Maquiavel, cuja vertente realista jamais pode ser ignorada, causa espanto o grau de arbitrariedade e a concentração de poder nas mãos do soberano turco. Nem o país europeu que mais se assemelhasse à Turquia poderia ser colocado em pé de igualdade.

Após argumentar, seguindo os últimos capítulos do primeiro discurso de Maquiavel, que a igualdade é quesito necessário para a liberdade, no *Dicorso di Logrogno*, Guicciardini afirma a necessidade simultânea de duas instituições. Desenvolvendo um modelo de equilíbrio institucional é necessário que haja mutação em algumas ordens da magistratura, outras precisam de continuidade. Nestas últimas “se vê nas coisas naturais que no número de um [governante] há perfeição” (Guicciardini, 2000: 11)⁵. Limita este instrumento ao

ocupante do cargo não poder ser um homem privado e, sendo vitalício ou por um período, o gonfaloneiro deve possuir as características do Doge veneziano. Interessante que ele destaque não o aspecto aristocrático da constituição veneziana, como é bastante comum entre os pensadores aqui estudados, mas o aspecto institucional daquela república mais afeito à monarquia (Pocock, 2003: 118). Diferentemente de Maquiavel, Guicciardini apresenta o recurso para a estabilização da cidade através da rotação dos conselhos. Além disso, insere a limitação do poder do gonfaloneiro, de modo que este não se torne um tirano. Esta mesma preocupação se encontra em Harrington, décadas à frente.

A perspectiva aristocrática com a qual Guicciardini encara seu próprio republicanismo, tipicamente florentina, parece não coincidir com as grandes assembleias contrapostas pelo gonfaloneiro (Cambiano, 2000: 94). Não obstante tal observação, o espaço da aristocracia em sua república mista assenta-se nos dotes individuais e intransferíveis de cada homem:

E algumas das coisas mais importantes para manter a liberdade de fato e completa é esta: que haja um meio que regule a ignorância da multidão e ponha freio à ambição de um gonfaloneiro, mas é necessário que intervenham todos os homens que possuem cérebro e reputação (Guicciardini, 2000: 12-13) ⁶.

Não foi a comum visão aristocrática da república de Veneza que conquistou inicialmente a confiança de Guicciardini, apenas a confirmou. A manutenção de seu aristocratismo deve pouco àquela cidade. Por outro lado, um denominador comum ainda resiste: a estabilidade. Dada a perene ameaça de unidade política entre o gonfaloneiro e povo, já descrita por Maquiavel, cabe aos aristocratas o papel de contrabalança-la. O fato é que Veneza passa a ser vista como uma república mista pelo equilíbrio entre o Doge e a assembleia popular, reflexão presente desde o humanismo cívico de Leonardo Bruni (Cambiano, 2000: 51). Na sequência do texto, contudo, complementa seu argumento inicial e mostra o tradicional viés veneziano:

Assim se vê nas antigas repúblicas, em Roma, em Cartagena, em Atenas e Lacedemônia, neste conselho, que eles mesmos chamavam de senado, que muitos interferiam; em Veneza são duzentos ou os melhores, que eles chamam de Pregados, que é a mesma coisa; e é, como disse, necessário e para conservação da liberdade, porque em um viver livre, mal poderiam os poucos justificarem-se perante os muitos (Guicciardini, 2000: 25-26) ⁷

Como Maquiavel, a comparação com as cidades antigas é base do argumento de que Veneza foi o que daquele tempo restou. Mas não insere o elemento estabilizador do aristocratismo veneziano, e sim a liberdade (Pocock, 2003: 125-126), contrária à permissividade do viver livre popular (Skinner, 1996: 175). Essa inflexão pode parecer pequena se não se tivesse reconhecido anteriormente que o Doge é o sustentáculo da estabilidade. De todo modo, o argumento pressupõe um compartilhamento valorativo do regime misto para garantia da igualdade e liberdade, fundamentos da política ocidental.

Em livro dedicado exclusivamente à Veneza, *Della repubblica e Magistrati di Venezia*, Donato Giannotti apresenta um suposto diálogo ocorrido naquela cidade sobre suas instituições e costumes. Como era tradicional em fins do século XVI, compara-a com a Lacedemônia e Roma antigas e também deixa subentendido que ela era o que restara da virtude do passado (Giannotti, 1840: 258). Após traçar a conhecida distinção da história italiana entre a exuberância da república romana e o que prosseguiu depois de sua queda com a invasão dos bárbaros (cf. Pocock, 2003: 277), Giannotti coloca essa segunda fase indistintamente próxima ao Oriente moderno (Giannotti, 1840: 263). A clareza de sua exposição marca

não apenas a divisão binária do mundo, antes mesmo da queda de Roma, mas também a contiguidade entre barbárie e Oriente, na modernidade, existente também na Europa. Diante de tão generalizada corrupção, apenas Veneza resistiu: “a minha república não é corrupta, antes (se eu não me engano) é a mais perfeita de todos os tempos” (Ibidem: 264)⁸. Com isso, segue o argumento já posto anteriormente de uma cidade temperada pelas leis, tranquila e sem sedições (Ibidem: 264): “De modo que eu me alegro de ter sido produzida pela própria natureza, principalmente em Itália, rainha de todas as outras províncias, a cidade de Veneza, na qual eu vejo aquelas virtudes das quais dos antigos romanos e gregos se lêem e se louvam” (Ibidem: 264-265)⁹. Independentemente do elogio a Veneza, existem referências cruzadas no tempo (antigos e modernos) e no espaço (Oriente e Ocidente), que impedem a corrupção da cidade, pois Veneza é herdeira dos antigos e expressão do Ocidente. Mesmo que tal posição contenha uma significativa quantidade de mito, aquilo que é bárbaro e oriental é, por assim dizer, estranho à Veneza (Pocock, 2003: 333). Pela primeira vez, nessa tradição, coloca-se Veneza acima de quaisquer repúblicas antigas, incluindo Roma e as gregas. Nessa perspectiva, de Maquiavel aos pensadores de fins do século, ocorre um aprofundamento tanto do mito de Veneza, quanto da Turquia, o qual deixará seu legado para o século seguinte na Inglaterra.

A extensão do uso que Harrington faz de Veneza extrapola, demasiadamente, o espaço deste trabalho. Destacaremos apenas a parte central de nosso argumento. Os dois períodos distintivos da história europeia, seguindo explicitamente Donato Giannotti, são a prudência característica dos antigos e a dos modernos (Harrington, 1977: 161). O primeiro se define por um governo pautado no império das leis (*de jure*), cuja dimensão mista garante o interesse comum e a propriedade está distribuída de maneira equitativa entre os cidadãos. O segundo é baseado no império dos homens (*de facto*), o governo é puro e seu interesse é privado. Neste caso, o equilíbrio gótico (*Gothick Balance*) representa a queda de Roma e a ascensão bárbara. Aqui reside um importante ponto de inflexão que marcará os anos seguintes. O que comumente era feito pelos italianos, a comparação em sua época de Veneza com outras regiões da contemporaneidade, agora está em função do tempo (Cambiano, 2000: 231). A queda da república romana representa a mudança mais substancial que o Ocidente já vivenciou.

Quando Maquiavel deixa nas entrelinhas que Veneza poderia ser a sobrevivência da virtude dos antigos, Harrington o segue sem questionamentos e aprofunda a análise (Pocock, 2003: 384). Tomando agora uma dimensão mítica, o que levou muitos intérpretes a colocá-lo na tradição utópica, Veneza se transforma, em parte, em um modelo a ser seguido (Manuel and Manuel, 1980: 361-366). Rejeitando o vocabulário maquiaveliano da *virtù*, aristotelicamente substituído pela prudência, Harrington adota suas instituições políticas mais importantes. A rotação (*rotation*) das casas legislativas e dos magistrados da república de *Oceana* é, assumidamente, oriunda de Veneza. Comparada com outras cidades antigas, como Maquiavel e Guicciardini também o fazem, Esparta e Roma são as referências, tendendo, novamente, para maior proximidade com a primeira (Harrington, 1977: 182). A originalidade consiste na comparação equitativa de Veneza com a república de Israel (Ibidem: 174-175). Permanece, contudo, a preocupação com o aristocratismo veneziano, pois parecia-lhe uma solução contra a ruína (Pocock, 2003: 392-393). Diante disso, Harrington pretende defendê-la do que, agora, se tornou uma acusação:

O mesmo pode ser dito de Veneza, de cujo governo comumente se equivocam; Veneza, embora ela não se fixe totalmente no povo, jamais o excluiu. Essa república reside – as ordens são as mais democráticas ou populares de todas, no que se refere à escrupulosa rotação do senado – na primeira instituição tomada para todo o povo. (Harrington, 1977: 168)¹⁰

Em seguida, afirma, mais como complemento explicativo do que como discordância de Maquiavel, que Veneza, não obstante sua vocação para preservação (Ibidem: 181), possui alguns domínios externos. Estes representam, antes de um imperialismo, um modo de governar que propicia cidadania às regiões ocupadas, o que a aproxima do modelo mais completo: Roma.

A perfectibilidade das eleições venezianas traduz dois importantes aspectos. Sendo, reconhecidamente, as eleições um critério aristocrático de escolha, necessário à composição da república mista, seria Veneza a mais democrática das repúblicas apenas porque incorpora a totalidade de seus cidadãos. Distancia-se Harrington, pois, dos critérios tipológicos gregos na medida em que admite uma inflexão conceitual entre os modernos. Por outro lado, sua defesa da aristocracia não se vincula ao ideal veneziano. Enquadra-se, entretanto, na natureza e não em exemplos. A aristocracia natural (*natural aristocracy*) é um conceito que admite tão somente a diversidade humana como exclusivo atributo da natureza. Tal reconhecimento leva a crer que uns estão mais aptos a debater e propor as leis do mesmo modo que outros estão mais aptos para votá-las e decidi-las. Esta ideia será posteriormente seguida por Montesquieu, quando assevera que o povo sabe escolher governantes, mas não governar. O aristocratismo de Harrington depende das eleições, da natureza humana e, apenas indiretamente, das instituições de Veneza. Colocá-la como exceção significa dizer que suas instituições revolucionaram o passado, mas para manter sua prudência. Por isso, Veneza é parte da mesma história, a melhor parte da história do Ocidente.

Do mesmo modo que Veneza representa, na modernidade, a prudência antiga (Cambiano, 2000: 244), a Turquia mantém a continuidade da selvageria bárbara da ocupação romana. Com o devido destaque para os godos, Harrington equipara os turcos àqueles que foram responsáveis pelo fim da prudência antiga. Seguindo, em parte, o que Maquiavel já havia dito, a Turquia é um regime absoluto, cujos súditos são todos escravos. O equilíbrio gótico reflete, e esta é uma importante originalidade de Harrington, os modos pelos quais a propriedade se distribui (Pocock, 2003: 387). Concentrado nas mãos de um homem, o regime não pode ser senão uma monarquia absoluta. Quando a concentração se torna exacerbada, até mesmo as pessoas se tornam propriedades, nada mais radical e profundamente desolador do que o exemplo turco.

Se um único homem é proprietário de um território, ou se ele sobre-equilibra [a propriedade] em relação ao povo, por exemplo, com três partes de quatro, ele é um grande senhor, e assim seja reconhecido o turco por sua propriedade; e seu império é uma monarquia absoluta. (Harrington, 1977: 163)¹¹

Na verdade, observando o texto atentamente, percebe-se que o equilíbrio gótico expressa-se em sua superestrutura como uma monarquia mista, ou, o que é equivalente, uma aristocracia. A história do Ocidente não conhece qualquer monarquia absoluta, apenas monarquias mistas, pois a concentração da propriedade jamais atingiu um nível tamanho que todos se tornassem escravos, mas apenas servos. Refletindo sobre o antigo regime, Harrington atribui-lhe o caráter gótico. Todavia, as características explicativas das duas formas de monarquia, absoluta e mista, são as mesmas, variam apenas em grau. Com graduações distintas, a Espanha e a Polônia se diferenciam da Turquia porque esta levou a concentração de propriedade ao nível máximo (Ibidem: 164). Não variando em sua essência, o regime turco não se destaca do da Espanha ou do da Polônia. Por que, então, a Turquia não é dita equilíbrio gótico? Justamente porque não é parte da história

ocidental. O espanto e o receio de equivaler o pior dos regimes conhecidos com legítimos representantes modernos da civilização levou Harrington a criar um artifício distintivo que, por suas próprias palavras, variam apenas em grau. “Portanto, como na Turquia é ilegal que qualquer um possua terras, apenas o grão senhor possui, o equilíbrio é fixado pela lei e o império permanece seguro” (Ibidem: 164)¹². Harrington não admite compartilhar qualquer característica de sua cultura com a do Oriente. Por isso, ao contrargumentar Hobbes, utilizando Giannotti, sobre a perfeição da monarquia, revela que apenas a Turquia é perfeitamente monárquica, um governo, em si mesmo, imperfeito, por ter se mantido puro (Ibidem: 179),

e ela se manteve pura e a dos outros, mista, o que ocorreu não pela sabedoria dos legisladores, mas pelo gênio das nações, que eram diferentes, pois o povo, nos países orientais, com exceção dos israelitas [...], foi tal que nunca conheceram outra condição que não a escravidão, e os do Ocidente tiveram tal gozo da liberdade que não havia modo de crer que jamais se submeteriam quietos ao jugo posto sobre seus pescoços sem alimentar certa esperança de conservar para si alguma parte de sua liberdade. (Ibidem: 188-189)¹³

Salvo Israel, parte inquestionável da tradição ocidental, o Oriente é todo escravo.

A Decadência dos Mitos

Mesmo com o declínio econômico da cidade de Veneza já em fins do século XVII e a consequente perda de importantes territórios para o Império Otomano em começos do século seguinte, o mito ainda resistiu algumas décadas. A histórica rivalidade entre turcos e venezianos chegara ao ponto máximo durante o último conflito armado (1714-1718). Com isso, o esplendor e a grandeza da cidade passaram a ser questionados e, mais importante, a oposição veneziano-turca consolidou-se. O questionamento do mito se deu *pari passu* à construção de seu correlato opositor. Mesmo diante de tamanho enfraquecimento, a estrutura aristocrática sobreviveu ainda por gerações, motivo de tão demorado definhamento do mito. “Pelo fim deste período, o caminho estava aberto para as grandes contribuições controversas de Montesquieu e Hume” (Pocock, 2003: 427).

Não obstante a geografia do país de Montesquieu não ser indispensável ao cenário florentino-atlântico republicano, sua admiração pela constituição inglesa e sua enorme recepção no novo mundo colocou-o em uma posição de destaque. Inclui-se ainda as importantes referências ao republicanismo, a Maquiavel, a Guicciardini, a Giannotti e ainda sua recepção de Harrington (Ibidem: 463). Mas, outro ponto de destaque é a sua original crítica ao direito natural, fundamento de ter sido diversas vezes interpretado como um dos fundadores da sociologia. As inúmeras referências tanto à Veneza, quanto à Turquia obrigam a inseri-lo neste trabalho.

Montesquieu retoma o paradigma comparativo de Veneza com Roma antiga justamente na descrição da natureza da aristocracia, nos moldes precisos da tradição florentino-atlântica. A partir de seu método comparativo, questiona, em *Do Espírito das Leis*, a diferença nas instituições de cada país no que tange às funções aristocráticas: “É que Roma defendia os restos de sua aristocracia contra o povo; ao passo que Veneza se utilizava de seus inquisidores de Estado para manter sua aristocracia contra os nobres” (Montesquieu, 1949^o: 245)¹⁴. A herança interpretativa de um regime misto romano conferia à ditadura apenas poderes limitados e temporários, caso que não ocorria entre os magistrados venezianos (Cambiano, 2000: 263). Desse modo, a sereníssima república era o exemplo culminante e perfeitamente acabado de aristocracia. Ao comentar este regime puro, Montesquieu

não deixa de acrescentar características necessárias ao seu bom funcionamento. Assim, diferentemente de outros autores, a república é o regime onde o povo, ou parte dele, governa, sendo, no primeiro caso, uma democracia e, no segundo, uma aristocracia, cujos princípios são a igualdade e a moderação, respectivamente. O que confere unidade, entretanto, às repúblicas é o fato de ser o princípio que coaduna igualdade e moderação: a virtude. Dividem ainda as repúblicas com as monarquias, o que as diferenciam do despotismo, o fato de serem governadas por leis. Os quesitos aqui arrolados são parte da tradição republicana, embora mais ou menos afeitos a cada autor da tradição.

A defesa de Veneza de qualquer vínculo despótico, não obstante o fato de seu regime não ser perfeitamente misto, reside, pois, na moderação dos costumes e no império das leis (Montesquieu, 1949^a: 284-286). Nesse sentido, as leis cumprem com o papel atribuído anteriormente à mistura de poderes, ou seja, a obliteração da selvageria do mais ignorante dos povos, a Turquia (Ibidem: 309), selvageria esta, uma característica despótica (Ibidem: 292). Mas, além disso, uma aristocracia bem constituída deve, como Veneza, limitar a luxúria dos nobres em razão de manter-se o espírito de moderação (Ibidem: 334-335). De modo geral, os costumes e as leis aristocráticas unem-se para impedir que o regime decaia em despotismo. A partir desses parâmetros, descritos nos dez primeiros livros de *Do Espírito das Leis*, Montesquieu vê-se confrontado à comparação com o Oriente:

Creio completamente que a pura aristocracia hereditária das repúblicas da Itália não corresponde precisamente ao despotismo da Ásia. A multidão de magistrados por vezes suaviza a magistratura, nem todos os nobres concorrem sempre para os mesmos desígnios; formam diversos tribunais que se temperam. Assim, em Veneza, o grande conselho é responsável pela legislação, os pregados pela execução, os quarenta pelo poder de julgar (Ibidem: 398) ¹⁵.

Como é comum em sua obra, o presidente de la Brède recorre aos seus diários de viagens e textos de aventureiros para interpretar os países longínquos. À medida que se afasta da Europa e, mais especificamente ainda, da ilha britânica, em direção ao Oriente, percebe-se uma tendência à selvageria desregrada: “Cada príncipe da família real tem a mesma capacidade para ser escolhido, ocorre que aquele que sobe ao trono ordena estrangular seus irmãos, como na Turquia, ou ordena cegá-los, como na Pérsia, ou os tornam loucos, como na Mongólia” (Ibidem: 296)¹⁶. Com raras exceções, é bem verdade, a China é o exemplo máximo do despotismo que se inicia na fronteira da Europa com a Turquia. O etnocentrismo de Montesquieu percorre não apenas os antigos inimigos dos gregos e romanos, mas, já numa época de largas descobertas geográficas, coloca os paraguaios em uma situação deplorável (Ibidem: 268-269) e não reconhece a existência de alma nos negros africanos (Ibidem: 494).

O que fica desse profundo eurocentrismo, no entanto, ainda é o paradigma da Turquia como o correlato negativo de Veneza. Pois, “na Turquia, o príncipe se contenta em tomar ordinariamente três por cento das heranças das pessoas do povo” (Ibidem: 295)¹⁷. A descrição que se segue é quase uma reprodução do argumento de Harrington sobre o equilíbrio entre propriedade e poder político, cujo despotismo (ou tirania) ocorre nas regiões onde o déspota (ou tirano) possui uma propriedade tal que tudo domina, não apenas pelo fato da inexistência da distinção entre público e privado, mas, sobretudo, porque o comando político se dá em função de controlar os recursos produtivos e a capacidade de taxar os súditos. Com isso, compreende-se a diferença básica entre monarquia e despotismo, França e Turquia respectivamente. Por fim, em uma de suas cartas persas, mesmo que a ironia de Usbek carregue algum relativismo, parece confirmar sua posição de europeu:

Por outro lado, não vejo que a polícia, a justiça e a igualdade são mais bem observadas na Turquia, na Pérsia, entre os mongóis, do que nas repúblicas da Holanda, de Veneza e mesmo da Inglaterra, nem que se cometam menos crimes, ou que, intimidados pela profundidade dos castigos, os homens obedecem melhor às leis. (Idem, 1949b: 253)¹⁸

Nas entrelinhas, Montesquieu deixa indicada a contraposição entre as duas partes do mundo, e que a antiga Roma republicana era a oposição lógica aos bárbaros. Como o tempo das repúblicas já passou, restou a memória da cidade eterna e de Veneza; do lado bárbaro, nada mais representativo do que a Turquia.

O ensaio *Que a política pode ser reduzida a uma ciência* foi primeiramente publicado em 1741 e *Ideia de uma república perfeita*, em 1752. É bastante provável que a primeira edição de *Do Espírito das Leis*, de 1748, tenha chegado até David Hume e alterado, de algum modo, o curso de alguns de seus ensaios políticos. No primeiro momento, ataca Roma por não restringir a soberania popular aos seus representantes. De maneira alternativa, quando é a nobreza que está inserida no poder legislativo soberano, ocorre pelo consentimento de todos, caso de Veneza, ou por hereditariedade, caso da Polônia. Hume conclui, então, pela tripartição de inspiração harringtoniana (Pocock, 2003: 493): príncipe como chefe do executivo, nobreza sem vassalos¹⁹ e o povo elegendo seus representantes. Como em Montesquieu, tais paradigmas são exclusividades ocidentais (Hume, 2006: 20). Aliás, o marco ocidental não mais pode ser restrito aos aspectos temporais, tão importantes para os italianos e Harrington.

Onde algum acidente, como uma diferença na linguagem ou religião, impede que duas nações separadas de um mesmo país se misturem uma com a outra, elas preservarão, durante muitos séculos, hábitos diferentes e mesmo opostos. A integridade, gravidade e bravura dos turcos formam um contraste exato com a falsidade, leviandade e covardia dos gregos modernos. (Ibidem: 210)²⁰

A decadência mítica de Veneza enseja algum grau de tolerância com relação aos turcos (Ibidem: 216), uma vez que não vivem em condições bárbaras (Ibidem: 442). A comparação mais fecunda, entretanto, reside ainda entre a Veneza moderna e as repúblicas antigas. Já distante do ápice mítico do século anterior, Hume insere na sereníssima república um aprendizado jurídico. Ao bom estilo maquiaveliano, sólido e conclusivo (Ibidem: 21)²¹, e sabendo que todos os homens devem ser tratados como velhacos, o escocês observa nas jurisdições venezianas a capacidade de moldar os interesses particulares em função de positivos resultados públicos (Pocock, 2003: 472). “Podemos atribuir a estabilidade e sabedoria do governo veneziano, através de tantas eras, a alguma coisa que não a forma do governo?” (Hume, 2006: 22)²².

Já no ensaio publicado pela primeira vez em 1752 a coisa muda de figura. Sintetizando as utopias com Platão e Morus, admite que apenas o modelo de Harrington é aceitável, mesmo que apresente importantes defeitos (Ibidem: 500-501). A justificativa para as críticas é de que as teorias não podem ser aplicadas na prática, embora o raciocínio interno seja perfeitamente coerente. Depois de breves referências a Veneza, o modelo passa a ser a Holanda (Wootton, 1994: 351), porque, este sim, é praticável (Hume, 2006: 512). É provável que a reticente observação de Montesquieu sobre a capacidade de Veneza manter a moderação tenha inserido em Hume uma desconfiança de fundo. Deslocando os comentários de um regime idealizado para um que, agora, considera praticável, o escritor escocês transfere o mito veneziano para o imperativo de necessidades práticas, fato que chegará com força ao novo mundo.

As ideias republicanas oriundas do republicanismo cívico e da inflexão maquiaveliana se disseminaram na América juntamente com a contribuição do direito natural de Locke e Sidney e, por isso, tornaram a identificação autoral mais complexa. Além disso, a distância histórica com o mito de Veneza e da Turquia construído na primeira modernidade já havia um alto grau de dissipação entre as referências mais importantes na construção republicana. Implica ainda o fato de a centralidade dos termos pesquisados por aqueles que propunham uma república no novo mundo incidirem fundamentalmente em exemplos que não condiziam com as instituições venezianas, e nem o temor da selvageria turca habitava tanto as mentes daqueles homens. Com a perspectiva de uma república em um país de grande extensão, marcante originalidade daquele momento, apenas os regimes imperialistas ou formados em ligas e confederações poderiam oferecer subsídios aos novos anseios.

Dentre aquilo que restou de Montesquieu para os americanos, a perspectiva da separação do mundo em dois, o Ocidente e o resto, se destaca. Mas o Ocidente nunca foi tão profundo como na América. Sustentando uma república em um grande país, Madison argumenta que a única forma de governo compatível com a revolução é a republicana. Justamente pelo reconhecimento de que nenhum autor anterior é suficiente para a realização do feito a que se propõe, somente resta definir as características distintivas da república por seus princípios. O título de república referia-se à “Veneza, onde o poder absoluto sobre o grande corpo do povo é exercido do modo mais absoluto por um pequeno número de nobres hereditários” (Madison, 1999e: 211)²³. A herança do mito veneziano não chegara à América no molde pelo qual se tornou profícuo no velho continente. Pelo contrário, alguns de seus costumes políticos causavam até repulsas (Wood, 1998: 399).

O problema de Veneza é a hereditariedade, fundamento monárquico. A ambição de uma proposta inteiramente nova não permite qualquer vínculo com instituições dessa natureza. Nem a sobrevivência, nem as instituições políticas foram capazes de conquistar a confiança de um dos autores dos *Artigos Federalistas*, mas sim sua mítica estabilidade, adaptada às novas condições. Não obstante a rejeição do aristocratismo veneziano, Madison identificou nela um dos dois elementos centrais nas casas legislativas de uma república. Um dos sustentáculos do esquema de *checks and balances*, característica de qualquer república bem ordenada, não apenas em grandes países, é a divisão entre senado e assembleia (Madison, 1999e: 211). Aquilo que, na modernidade, se iniciara com Maquiavel, agora assume outra função. O contrapeso da câmara alta à câmara baixa não apenas serve para limitar os desejos infundados do povo, mas, agora, cumpre com a função federativa (Madison, 1999e: 403), desconhecida em Veneza. Para que cada uma das unidades federativas não fosse tiranizada ou tiranizasse as demais, algo de equitativo deveria estar à disposição no momento da construção das leis (Wood, 1998: 525). Sem qualquer elogio explícito, pois precisava marcar sua posição inovadora, Madison implicitamente admite que um grau maior de responsabilidades, e portanto de poderes, ao senado é necessário para a correção das disparidades entre os estados membros, lição veneziana.

Embora não ocupem lugar de destaque, os turcos são vistos à maneira do direito natural britânico do século anterior, mas de modo inverso: “Uma das objeções da Nova Inglaterra era que a Constituição, pela proibição de provas religiosas explícitas, abriu a porta para judeus turcos e inféus” (Madison, 1999a: 420)²⁴. Direcionada a Thomas Jefferson, esta carta se inicia com uma ampla e inegociável defesa da liberdade de consciência e, portanto, de religião (Wood, 1998: 504). O objeto em questão é se os termos constitucionais recentemente desenvolvidos seriam suficientes para a garantia de tal direito (Ibidem:

410). A positiva e confiante resposta de Madison considera o erro da Nova Inglaterra. De modo inovador na tradição florentino-atlântica, a religiosidade de fora da Europa não é um problema, mas “o déspota de Constantinopla, que não se atreve a instituir novos impostos, porque todo escravo acha que ele não pode” (Madison, 1999b: 503)²⁵, sim. A inovação com o trato da Turquia é simplesmente porque existem limites à ação do déspota, não impostos por leis ou por qualquer esquema de *checks and balances*, mas sim pela incapacidade objetiva de fazer o que lhe aprouver. Novamente, os turcos, com exceção dos déspotas, são todos escravos. Seu etnocentrismo chega ao sarcasmo: “Um magistrado questionando seus mandatos a uma imprensa criminosa seria, em suas próprias funções, como se na Turquia ou no Indústão, sob proverbiais apelações, se questionasse o mais completo despotismo” (Idem, 1999c: 516)²⁶.

Não nega Hamilton que sua inspiração primeira para a construção de um banco nacional sejam os poderes credores e os arrendatários venezianos (Hamilton, 1986^a: 83). Sua constante preocupação com a União, somada à sua avaliação de que os empréstimos interpessoais não eram suficientes, e por isso a moeda vinha se desvalorizando, sustenta o argumento, polêmico à época, de que era necessário um banco nacional (Wood, 1998: 497). Nesse sentido, não é o sistema político ou o mito da sereníssima república que importava, mas o desenvolvimento financeiro. A vocação daquela cidade não era, evidentemente, para expansão. Reproduz-se aqui o argumento harringtoniano de que o equilíbrio entre riqueza e poder político incide sobre duas formas diversas: o dinheiro e a terra. Pequenos Estados, como Veneza, por não terem terras, concentram sua autoridade nos recursos financeiros. A conclusão de Hamilton, assim, é de que aquela república não percebeu sua vocação e, por isso, perdeu territórios:

Veneza, em tempos posteriores, figurava mais de uma vez em guerras de ambição, e, tornando-se objeto de terror de outros Estados italianos, o Papa Júlio II encontrou meios de realizar aquela liga formidável, que feriu mortalmente o poder e o orgulho daquela arrogante república (Hamilton, 1984b: 179)²⁷.

Entretanto, uma questão de fundo se coloca, pois o argumento de Harrington é seguido apenas parcialmente. A defesa de Hamilton de que a república deve conter organismos financeiros fortes, como garantia de unidade e soberania, passa pela interpretação harringtoniana do equilíbrio sustentado no dinheiro. Ora, se em uma república grande o poder político se vincula à concentração de terras, não seria o caso americano que necessitaria de órgãos financeiros. Mas a posição de Hamilton, fundada em Veneza, é de que a soberania do país está diretamente relacionada com a riqueza financeira. Ignora, assim, a avaliação territorial de Harrington e, pela defesa do banco estatal, condiciona a soberania do Estado, isto é, na União (Parrington, 1987: 293). Para ele, o erro cometido por Veneza não pode ser repetido na América.

Conclusão

Desde os primeiros escritos acerca de Veneza, observa-se a perspectiva de que a cidade se contrapunha àquilo que se conhecia do Oriente. No entanto, o aprofundamento da dimensão mítica, de uma suposta era dourada, colocou a cidade em um patamar de maior destaque no mundo ocidental. O aristocratismo daquela cidade não foi o único motivo de elogios. Antes disso, a estabilidade política, por vezes interpretada como consequência de tal aristocratismo, era a referência central. Em um universo ainda em consolidação dos Estados nacionais, a estabilidade era tema obrigatório. É perceptível, portanto, o motivo pelo qual tal assertiva foi legada a segundo plano na medida em que os autores do século

das luzes se viram confrontados com conceitos e instituições significativamente bem estabelecidos. Veneza, então, ganha nova interpretação e seus organismos institucionais passam a ser confrontados com usos e costumes. Nesse sentido, a tradição florentino-atlântica não abandonou o elogio à sereníssima república, mas, modificou aquilo que a tornava exemplo.

Em sentido mais amplo e, claramente, mais afeito a interpretações sociológicas e menos institucionais, a Turquia nunca foi, voluntariamente, construída como um modelo a ser rejeitado. Tornou-se assim justamente pelo aprofundamento da tensão entre Ocidente e Oriente. Não era aquele Estado tratado como o mais repulsivo que se poderia existir, mas, ao invés disso, como aquele de que se tinha algum contato dentre os mais repulsivos. Porque perto, a Turquia precisava ser colocada em um lugar distante. A própria recusa comum em classificar a Turquia com os critérios que regem os Estados ocidentais tornava seu estudo mais afeito à sociologia. Quando não, taxava-o tão somente de despotismo ou tirania. Percebe-se que, de modo geral, julga-se o regime turco, no melhor dos casos, como o pior dos conhecidos entre os ocidentais, mas o fundamento explicativo recai principalmente sobre usos e costumes.

O que se afigura na tradição florentino-atlântica pode ser definido como uma construção, mais ou menos voluntária, do aprofundamento da cisão do mundo entre Ocidente e Oriente. Em graus distintos de relativismo, quando há algum, raramente se aceita uma comparação equitativa, tal procedimento é clara herança grega e romana. No contraste entre civilização e barbárie, essa tradição legou ao mundo a interpretação de que apenas no Ocidente é possível o republicanismo.

(Recebido para publicação em Abril de 2013)

(Aprovado para publicação em Outubro de 2013)

Cite este artigo

FALCÃO, Luís. Veneza e Turquia: Republicanismo e História. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos da Universidade Federal Fluminense e do Núcleo de Estudos em Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 7, pp. 51 – 68, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. O trabalho será dividido em dois textos. O presente artigo é o primeiro deles.
2. Evidentemente que o espaço de um artigo impossibilita um estudo minucioso da proposta comparativa nos numerosos autores tratados na volumosa obra. Desse modo, optaremos pelos pensadores mais destacados ou afeitos ao contraste veneziano-turco, que, se estivermos corretos, estão entre os mais representativos da tradição. Se, por um lado, alguns pensadores de relevo em Pocock não serão aqui tratados ou aprofundados, outros, por ele postos em segundo plano, mas que se dedicam ao tema, merecerão maior atenção. The machiavellian moment abriu um vasto campo de pesquisas que, com particularidades e distinções, confirmaram a

tradição florentino-atlântica. Desse modo, não apenas a precursora obra nos serve de guia, mas também outras subsequentes (Cambiano, 2000; Rahe, 2006; Skinner, 1996; Sullivan, 2004).

3. A justaposição de maquiavelianismo e republicanismo na obra de Pocock coloca em posição secundária autores devedores do direito natural, estes, em parte, distanciam-se da perspectiva maquiaveliana (Sullivan, 2004: 8).

4. “la Republica viniziana, la quale intra le moderne republiche è eccellente”. Todas as traduções dos autores em questão são nossas.

5. “si vede nelle cose naturale che el numero di uno ha perfezione”.

6. “E certo delle più importante cose a mantenere la libertà vera ed intera è questa, che sia uno mezzo che regoli la ignoranza della multitude e ponga freno alla ambizione di uno gonfaloniere, e però è necessario che vi intervenga tutti li uomini che hanno cervello e reputazione”.

7. “Cosi si vede nelle antiche republiche, in Roma, in Cartagine, in Atene e Lacedemonie, in questo consiglio che loro proprio chiamavano senato, essere intervenuti molti; a Vinegia sono dugento o meglio quelli che e' chiamono pregati, che è questo medesimo; ed è, come è detto, necessário e per consevazione della libertà, e perché in uno vivere libero, male potrebbero e' pochi giustificare el tutto co' molti”.

8. “la mia repubblica non è corrotta, anzi (se io non m'inganno) è più perfetta ch'ella mai in alcun tempo fosse”. Ver Skinner, 1996, p. 183.

9. “Talchè io mi rallego assai d'esser stato prodotto dalla natura principalmente in Itália regina di tutte l'altre provincie, dopo questo nella città di Venezia, nella quale io veggo assai di quelle virtù le quali di quei antichi Romani e Greci si leggono e lodano”.

10. “The like in some sort may be said of Venice, the government whereof is usually mistaken; for Venice, though she do not take in the people, never excluded them. This commonwealth, the orders whereof are the most democratical or popular of all others, in regard of the exquisite rotation of the senate, at the first institution took in the whole people”.

11. “If one man be sole landlord of a territory, or overbalance the people, for example, three parts in four, he is grand signor, for so the Turk is called from his property; and his empire is absolute monarchy”.

12. “Wherefore, it being unlawful in Turkey that any should possess land but the grand signor, the balance is fixed by the law, and that empire firm”.

13. “and that this was pure, and the other mixed, happened not through the wisdom of the legislators, but the different genius of the nations, the people of the eastern parts, except the Israelites (which is to be attributed to their agrarian), having been such as scarce ever knew any other condition than that of slavery; and these of the western having ever had such a relish of liberty, as through waht despair could never be brought to stand still while the yoke was putting on their necks, but by being fed with some hopes of reserving unto themselves some part of their freedom”.

14. "C'est que Rome défendoit les restes de son aristocratie contre le peuple; au lieu que Venise se sert de ses inquisiteurs d'État pour maintenir son aristocratie contre les nobles".
15. "Je crois bien que la pure aristocratie héréditaire des republicques d'Italie ne répond pas précisément au despotisme de l'Asie. La multitude des magistrats au adoucit quelquefois la magistrature; tous les nobles ne concourent pas toujours aux mêmes desseins; on y forme divers tribunaux qui se tempèrent. Ainsi, à Venise, le grand conseil a la législation; le préjedi, l'exécution; les quaranties, les pouvoir de juger".
16. "Chaque prince de la famille royale ayant une égale capacite pour être élu, il arrive que celui qui monte sur le trone, fait d'abord étrangler ses frères, comme em Turquie; ou les fait aveugler, comme em Perse; ou les rend fous, comme chez le Mongol".
17. "en Turquie, le prince se contente ordinairement de prendre trois pour cent sur les successions de gens du peuple".
18. "D'ailleurs je ne vois pas que la police, la justice et l'équité soient mieux observées en Turquie, en Perse, chez le Mongol, que dan les republicques de Hollande, de Venise, et dans l'Angleterre même; je ne vois pas qu'on y commette moins de crimes, et que les hommes, intimidés par la grandeur des châtiments, y soient plus soumis aux lois".
19. Repare-se que o fato de a nobreza não possuir vassallos está diretamente relacionado com o argumento de Harrington a respeito da correlação entre propriedade e poder político.
20. "Where any accident, as a difference in language or religion, keeps two nations, inhabiting the same country, from mixing with each other, they will preserve, during several centuries, a distinct and even opposite set of manners. The integrity, gravity, and bravery of the Turks, form an exact contrast to the deceit, levity, and cowardice of the modern Greeks"
21. "A venetian nobility is preferable to a polish, let the humors and education of men be ever so much varied" (Hume, 2006: 15). O mesmo argumento se encontra em Maquiavel (*Discorsi*, II, 2), ao tratar dos antigos.
22. "Can we ascribe the stability and wisdom of the Venetian government, throught so many ages, to any thing but the form of government?"
23. "Venice, where absolute power over the great body of the people, is exercised in the most absolute manner, but a small body of hereditary nobles".
24. "One of the objections of New England was that the Constitution by prohibiting religious tests opened a door for Jews Turks & infidels".
25. "the despot of Constantinople dares not lay a new tax, because every slave thinks he ought not".

26. "A magistrate issueing his warrants to a press gang, would be in his proper functions in Turkey or Indostan, under appellations proverbial of the most compleat despotism".

67

27. "Venice in latter times figured more than once in wars of ambition; 'till becoming an object of terror to the other Italian States, Pope Julius the Second found means to accomplish that formidable league, (I) which gave a deadly blow to the power and pride of this haughty Republic".

Bibliografia

BARON, Hans. Querelle of Ancients and Moderns. In: KRISTELLER, Paul O. e WIENER, Philip P. (eds.). *Renaissance Essays*. New York: University of Rochester Press, 1992. pp. 95-114

CAMBIANO, Giuseppe. *Polis: uno modello per la cultura europea*. Bari: Laterza & Figli, 2000.

FINK, Zera. *The Classical Republicans: an essay on the recovery of a pattern of thought in seventeenth-century England*. Eugene: Northwestern University Press, 1945.

GIANNOTTI, Donato. Della Repubblica e Magistrati di Venezia (1526). In: *La Repubblica Fiorentina e la Veneziana di Donato Giannotti*. Venezia: Co' Tipi Del Gondoliere, 1840. pp. 251-442

GUICCIARDINI, Francesco. Del modo di ordinare il governo popolare: Discorso di Logrogno (1512). In: *La libertà moderata. A cura di Gennaro Maria Barbuto*. Torino: La Rosa Editore, 2000. pp. 3-41

HAMILTON, Alexander. Carta a James Duane: The defects of our present system (1780). In: FREEMAN, Joanne B. (ed.). *Hamilton. Writings*. New York: The Library of America, 1986a. (Literary Classic of the United States) pp. 70-87

_____. The federalist (1787-1788). In: FREEMAN, Joanne B. (ed.). *Hamilton. Writings*. New York: The Library of America, 1986b. (Literary Classic of the United States) pp. 171-484

HARRINGTON, James. The commonwealth of Oceana (1656). In: POCOCK, J. G. A. (ed.). *The political works of James Harrington*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. pp. 155-359

HUME, David. *Essays: moral, political and literary (1748-1752)*. New York: Cosimo Classics, 2006.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio (1517)*. A cura di Giorgio Inglese. Milano: BUR, 2010.

_____. *Il Principe (1513)*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Einaudi, 1995.

MADISON, James. Carta a Thomas Jefferson (1788). In: RAKOVE, Jach N. (ed.). *Madison. Writings*. New York: The Library of America, 1999. (Literary Classic of the United States) pp.418-423.

- _____. National Gazette. Charters (1792). In: RAKOVE, Jach N. (ed.). Madison. *Writings*. New York: The Library of America, 1999b. (Literary Classic of the United States) pp. 502-504.
- _____. Speech in the Virginia Ratifying Convention in Defense of the Constitution (1788). In: RAKOVE, Jach N. (ed.). Madison. *Writings*. New York: The Library of America, 1999d. (Literary Classic of the United States) pp. 354-365.
- _____. The Federalist (1787-1788). In: RAKOVE, Jach N. (ed.). Madison. *Writings*. New York: The Library of America, 1999e. (Literary Classic of the United States) pp. 160- 352.
- MANUEL, Frank E. and MANUEL, Fritzie P. *Utopian thought in the western world*. Massachusetts: Harvard University Press, 1980.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. De L'Esprit des Lois (1748). In: CAILLOIS, Roger (ed.). *Montesquieu. Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1949a. (2 vol.) pp. 225-995.
- _____. Lettres persanes (1720). In: CAILLOIS, Roger (ed.). *Montesquieu. Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1949b. (2 vol.) pp. 127-373.
- PARRINGTON, Vernon Louis. *Main Currents in American Thought: the Colonial Mind, 1620-1800*. Norman: University of Oklahoma Press, 1987.
- PETTIT, Philip. *Republicanism: a theory of freedom and of government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- RAHE, Paul (ed.). *Machiavelli's liberal republican legacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SULLIVAN, Vickie. *Machiavelli, Hobbes, and the formation of a liberal republicanism in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VIROLI, Maurizio. *Republicanism*. Translation by Strauss Frarr and Giroux. New York: Library of the Congress, 2002.
- WOOD, Gordon S. *The Creation of the American Republic, 1776-1787*. Virginia: The University of North Carolina Press, 1998.
- WOOTTON, David. Ulysses bound? Venice and the idea of liberty from Howell to Hume. In: WOOTTON, David (ed.). *Republicanism, liberty, and commercial society: 1649-1776*. Stanford: Stanford University Press, 1994. pp. 341-367